

EDUCAÇÃO

**DIREITOS
HUMANOS**

**SERVIÇOS
PÚBLICOS**



**AS COMISSÕES PRESIDIDAS POR DEPUTADAS
DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA**



EDIÇÃO Nº 6

PCdoB

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

Comissão elabora plano de trabalho para acompanhar casos de trabalho escravo

Na primeira reunião do ano presidida pela deputada Laura Sito (PT), a Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos elaborou um plano de trabalho para acompanhar a incidência de trabalho análogo à escravidão no RS. Também foi criado um comitê interinstitucional de acompanhamento às investigações no caso dos mais de 200 trabalhadores resgatados na Região da Serra, com participação do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, polícias Civil e Militar, Defensoria Pública e órgãos ligados ao Executivo e à União. O plano de trabalho formalizou acordo de cooperação entre RS e BA, estabelecendo um protocolo de atuação em situações de ilegalidades no deslocamento de mão de obra entre os estados. Conforme a deputada, “fica evidente que há uma rota de aliciamento de mão de obra para trabalho escravo e isso precisa ser apurado”. Além disso, o plano de trabalho acompanha os processos disciplinares internos da Brigada Militar que investigam as denúncias de policiais militares atuando na coação de trabalhadores na Serra. O combate ao trabalho escravo é um dos temas centrais

da CCDH no contexto da retomada da agenda dos Direitos Humanos no país. Por isso, o caso envolvendo os trabalhadores da Serra deve ter como desdobramento a apuração de denúncias envolvendo outras cadeias produtivas. Também foram sistematizados e mapeados, todas as denúncias de situações de trabalho análogo à escravidão encaminhadas à Comissão, com um prazo de quatro meses para serem apuradas.



Foto: Thanise Melo

Audiência Pública debate Juventude Negra Viva

Para debater o Plano Juventude Negra Viva, desenvolvido pelo Ministério da Igualdade Racial em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, a deputada Laura Sito organizou o uma audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. O Plano tem como objetivo reduzir a violência letal e as vulnerabilidades sociais enfrentadas pela juventude negra, além de combater o racismo estrutural. Ainda, busca aprimorar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional e na sensibilização dos agentes públicos.

A audiência pública contou a participação do Secretário Nacional da Juventude, Ronald Sorriso, representantes de movimentos sociais, coletivos, universidades e instituições. Para a deputada Laura Sito, “a juventude negra é a que menos acessa serviços de bem-estar e cidadania, a que menos tem presença positiva do Estado na vida, são mais de 70% dos jovens que abandonam a escola e são apenas 6,3% que têm ensino superior, além de estarem em desvantagem em relação a uma série de indicadores como educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho e representação política.” Segundo a parlamentar, essa realidade limita as potencialidades de futuro desses jovens. “Eu, como tantas outras aqui, sou fruto de um presente de oportunidades, graças às políticas de acesso e permanência na universidade, eu pude chegar a este espaço e inaugurar uma nova estatística, de um novo ciclo histórico, que traz a primeira bancada negra à Assembleia Legislativa. Por isso, falar de juventude negra viva é falar de uma agenda de desenvolvimento social, humano e econômico, que só é possível se estivermos vivos.” Os principais pontos abordados na audiência foram o direito à saúde, acesso à educação, direitos maternos, cultura e segurança pública. Foi encaminhada a criação de uma força tarefa de combate ao extermínio da juventude negra no RS.



Foto: Thanise Melo

Questões indígenas são trazidas para a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

O território, a educação, a saúde e a alimentação foram algumas das demandas trazidas por lideranças indígenas à Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos. O representante do Conselho Estadual de Povos Indígenas (CEPI), Miguel Farias; o representante do Setor São Roberto da comunidade de Serrinha, Cilomar Carvalho; o Cacique Joel, da Terra Indígena Guarita, Cacique Luciano de Cachoeirinha, além do ouvidor eleito da Defensoria Pública, Rodrigo de Medeiros Silva, denunciaram a falta de acesso a alimentos e carência de ações do Governo do Estado para minimizar os prejuízos com a estiagem e a falta de políticas públicas. As dificuldades enfrentadas por comunidades que recém retomaram seus territórios e ainda não possuem serviços elementares de saúde, educação e cuidado com os idosos. O representante da Comissão Especial Indígena do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Sílvio Jardim solicitou à CCDH da Assembleia trabalhar com o Governo Federal e a Funai, a permuta de áreas públicas que podem entrar na negociação para a regularização de assentamentos definitivos para as comunidades. A deputada Laura Sito anunciou uma série de medidas que já vêm sendo adotadas a partir do diálogo da Comissão com as comunidades indígenas e de ações do Governo Federal, como a distribuição de 250 cestas básicas. Também houve a entrega de mais de 2,2 mil

cestas para as famílias da Terra Indígena Guarita, que entrou como uma das prioridades nas ações do governo Federal, além de R\$ 5 milhões via Conab para a compra de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para atender 8 mil famílias indígenas no RS. " A partir das demandas que foram apresentadas, também se verificou a necessidade de incluir essas famílias na distribuição de roupas e alimentos feita pela defesa civil. Também serão oficiadas as prefeituras dos municípios das retomadas no que se refere à falta de fornecimento de água e luz, assim como o Ministério Público, Defensoria Pública da União e a empresa responsável pelo fornecimento.



Foto: Thanise Melo

Resumo dos trabalhos da CCDH

26 audiências públicas realizadas, mais 6 para serem feitas. 8 AP fora da Assembleia e 32 reuniões ordinárias. Foram organizados 2 seminários também, um sobre acesso à justiça e outro sobre direitos da criança e adolescente.

Além disso, também realizamos um curso de 44h sobre o ECA aqui pela comissão, com professores do MPE, PRF, conselhos tutelares, universidades, Defensoria Pública, Poder Judiciário.

Trabalho escravo

- 345 trabalhadores resgatados no estado;
- Mais do que o dobro em todo o ano de 2022, que foi 156;
- Eduardo Leite não apresenta uma política contra esse mal;
- Deixou de cumprir 34 dos 38 pontos do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, criado pelo governo Tarso Genro;
- CCDH apresentou um plano de combate ao trabalho análogo à escravidão:
 - 1) Mapeamento das denúncias no estado;
 - 2) Comitê Interinstitucional para acompanhar os casos;
 - 3) Acordo entre Rio Grande do Sul e Bahia para atuação conjunta em situações de ilegalidade de mão-de-obra;
 - 4) Estudo de leis que regulamentem contratos de atividades sazonais.

Juventude negra viva

- 79% das abordagens policiais da Região Metropolitana de Porto Alegre são sobre homens, jovens, negros, tatuados e de boné;
- Ainda que a população negra seja 20%, os níveis de letalidade e de violência são próximos ao nacional;
- CCDH vai lançar uma força-tarefa de combate ao extermínio da juventude negra no estado.

Indígenas

- A primeira visita técnica da CCDH foi para acompanhar a situação dos povos indígenas (Kaingangues) no estado, na Terra Indígena Guarita, localizada nos municípios de Redentora e Tenente Portela,
- Comissão fez uma audiência pública para tratar da falta de água potável na Aldeia Tekoa Porã, no Salto do Jacuí;
- Ainda, houve o debate e encaminhamentos sobre a situação dos povos indígenas no Rio Grande do Sul, onde a fome, as terras e a invisibilização foram pautadas.

Monitoramento das obras escolares #OperaçãoDeverDeCasa

Um sistema inédito de monitoramento público on-line de obras nas escolas públicas estaduais do RS foi proposto pela deputada Sofia Cavedon na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. O portal foi criado pelo Departamento de Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa (DTI).

“Nossa proposta é que o nosso sistema de monitoramento das obras seja um instrumento de diálogo, de acesso, das comunidades escolares, das mães, pais, estudantes, professores, diretores, ao que está acontecendo, em que tempo, está a solução das obras escolares. Este ano, o governo fez uma reorganização e elencou 176 obras prioritárias e mais de 2 mil que precisavam de obras. Nós tivemos muita dificuldade de identificar quais os problemas dessas 176 escolas, seja porque a Seduc não tem no sistema, seja porque o dado não é facilitado” informou a parlamentar na apresentação da iniciativa.

O Monitoramento On-Line está hospedado no site da Assembleia e pode ser acessado facilmente. Além das escolas que já estão sendo monitoradas, é possível para qualquer membro de qualquer escola da rede estadual, inserir sua escola e informar a situação de sua estrutura, informar a necessidade de obra e acompanhar obras que já estão em andamento ou paralisadas. A própria Seduc poderá monitorar o andamento das obras, atualizar as informações.

O monitoramento é resultado da Operação Dever de Casa, que levantou pontos críticos da educação estadual, todas documentadas em relatórios entregues ao Governo do Estado, Ministério Público do RS, Ministério Público de Contas e ao Parlamento Gaúcho.



Foto: Lua Kliar

Acesse o Monitoramento On-line da Comissão de Educação em:
<https://www.al.rs.gov.br/legislativo/obrascolares.aspx>
ou no QR code ao lado



Piso do Magistério: Governo Leite fugiu do debate Salário: Eduardo Leite não paga o Piso do Magistério

Um encontro que reuniu professores, lideranças sindicais do setor, além de representantes dos funcionários de escolas, proposto pela deputada Sofia Cavedon e aprovado pela Comissão de Educação, chegou a organizar um comitê pró-pagamento do Piso do Magistério. As Bancadas do PT, PCdoB e PSOL chegaram a apresentar emenda para garantir 14,95% para todos os professores e funcionários de escolas. Apesar da Portaria nº 17/2023 do Ministério da Educação, que define o Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e a sua aplicação nas Redes Municipais e Rede Estadual de Ensino do RS, o governador Eduardo Leite garantiu apoio da maioria parlamentar, para conceder apenas 9,45% de reajuste.

“É maquiavélico o que Eduardo Leite vem fazendo, reduzindo nominalmente salários, suprimindo conquistas de uma vida inteira. Um enorme prejuízo a quem dedicou sua vida à educação. Não há condição dos funcionários de escolas continuarem com salários abaixo do piso nacional pois seja qualquer reajuste que tenha, eles não recebem nenhum centavo. Só recebem quando reajustam o salário regional, então nunca saíram dessa condição de miséria”, disse Sofia.

Apesar de vender a ideia de Educação como prioridade e de sua base no Parlamento defender um marco legal para a Educação, na prática, nem mesmo debatem os assuntos ligados ao setor, com quem vive seu cotidiano, que são os professores, funcionários e estudantes.

Pelo projeto de Leite, 28.388 professores aposentados terão zero de reajuste. “Isso significa que 29,86% dos professores não receberão nada de reajuste. Eduardo Leite retirou todo valor acumulado pela categoria durante a carreira.



Foto: Mauro Mello

Lei Paulo Gustavo: Audiência Pública esclarece como acessar os R\$ 198 milhões para a cultura

Proposta pela deputada Sofia Cavedon, uma audiência Pública da Comissão de Educação para debater a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar 95/2022) e sua implementação no Rio Grande Sul, reuniu cerca de 300 participantes virtual e presencialmente. A reunião contou com a participação do diretor de Articulação e Governança do Ministério da Cultura, Pedro Vasconcellos, que detalhou a implementação da Lei.

A Lei Paulo Gustavo prevê a destinação de 70% do financiamento para projetos de audiovisual e 30% para outros projetos culturais. Somente o RS vai receber R\$ 198 milhões. Além de garantir o investimento, os recursos de Lei são descentralizados e devem chegar a todos os municípios do Estado. As prefeituras que apresentarem planos de trabalho terão acessos às verbas. A lei prevê o financiamento e apoio para a produção de filmes, séries, vídeos em todos os formatos; para salas de cinema, incluindo a qualificação e manutenção desses espaços; a capacitação, formação e qualificação em audiovisual, com apoio aos cineclubes, festivais e mostras; além de apoio às demais áreas da cultura que não o audiovisual.

Sofia destacou as tentativas, desde a aprovação da Lei, de modificações e vetos, até a vitória final, creditada ao setor cultural do país. A presidenta da Comissão

também fez questão de ler um dos Artigos que prevê como obrigação das prefeituras e dos governos de Estado, decidir sobre a utilização dos recursos, de maneira participativa, consultando a sociedade e as pessoas do setor cultural. “Nossa intenção com essa audiência pública, que vai desencadear um processo de acompanhamento, é que a sociedade civil, que os artistas, as artistas, organizações sociais, os conselhos, enfim, todas as formas de organização, os pontos de cultura, pelo Rio Grande do Sul afora, sejam consultados, possam participar, sejam informados, tenham transparência, saibam como e participem da deliberação do destino, desse recurso”

A audiência encaminhou a criação de um grupo de trabalho interinstitucional envolvendo Assembleia Legislativa, Sedac, Conselho Estadual de Cultura, para construir a implementação da Lei no RS, além de um pedido para a TV Assembleia, produzir cursos orientando gestores públicos.



Foto: Joaquim Moura

COMISSÃO EM NÚMEROS

35 Reuniões Ordinárias (+3 previstas em dezembro)
+ 01 Reunião Extraordinária (20/11)

PROJETOS ESPECIAIS QUE INICIARAM ESTE ANO E SEGUEM:

Monitoramento das Obras Escolares - **#OperaçãoDeverDeCasa**
42 Temas em Assuntos Gerais (+3 agendados para dezembro)
38 Audiências Públicas (+3 agendadas para dezembro)
Grupo de Trabalho Articula Lei Paulo Gustavo de financiamento de ações culturais
Caravana pela Escola Segura com Cartilha orientadora

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ESCUTAS TEMÁTICAS, REUNIÕES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS SOBRE:

- Problemas Estruturais e a situação dos prédios das escolas públicas estaduais
- Concurso Público para professoras/es e trabalhadoras/es em Educação e a falta de RN nas escolas
- Revoga o Novo Ensino Médio
- IPE-Saúde, a situação salarial, previdenciária e de saúde dos aposentados e aposentadas do serviço público estadual
- Reajuste do Piso Salarial para a Educação - Pague o Piso Governador
- Valorização das professoras/es de Educação Infantil
- O papel e a expansão dos Institutos Federais
- Os desafios do Atendimento na Educação Infantil e a potencialidade do Regime de Colaboração
- Segurança nas escolas e a violência no ambiente escolar
- Alimentação escolar e a falta de cozinheiras, auxiliares de cozinha e de problemas estruturais nos refeitórios das escolas da Rede Estadual
- Municipalização das escolas estaduais
- Fechamento de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJAs) na rede estadual

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ESCUTAS TEMÁTICAS, REUNIÕES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS SOBRE:

- Projeto de Robótica da EMEF Heitor Vila Lobos, Porto Alegre
- Situação das Escolas Indígenas
- Situação das Casas dos Estudantes no RS
- Multisseriação nas escolas estaduais
- A descontinuidade dos programas de pós-graduação na Unisinos e PUCRS
- A falta de vagas nas escolas e creches de Porto Alegre
- Estudantes cotistas da UFRGS querem reverter decisão de desligamento
- Apresentação do projeto Garotas de Vermelho da EMEF Saint Hilaire, Porto Alegre
- Implantação de campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul)

NA CULTURA

- Debate sobre a Lei Paulo Gustavo e sua implementação no RS
- Instalação o grupo de trabalho (GT) Articula Lei Paulo Gustavo
- Discussão sobre a Parceria Público-Privada e do Plano de Ocupação da Metalúrgica Abramo Eberle SA (Maesa), Caxias do Sul - O espaço deve servir para fomentar a inovação, economia solidária e cultura da Serra
- Investimentos no Sistema Pró-Cultura RS | LIC e FAC
- Tombamento do Memorial Luiz Carlos Prestes.
- Manifesto pelo Pró-cultura e a situação do Programa, principal meio de financiamento no Estado

Força-Tarefa de Combate ao Feminicídio

A Força Tarefa de Combate ao Feminicídio, é um Grupo de Trabalho interinstitucional criado no âmbito da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, liderada pelo Parlamento Gaúcho em parceria com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para instalar um processo de mobilização permanente na sociedade gaúcha de combate à violência contra mulheres e meninas. A iniciativa da deputada Stela Farias, que preside a Comissão, retomou suas atividades nesta legislatura, em maio de 2023, para implementar ações de fiscalização, combate e prevenção ao crescente número de morte de mulheres no RS. Foram promovidos debates, compartilhamento de dados e discussões em 14 municípios: Porto Alegre, Alvorada, Santana do Livramento, Uruguiana, Via-

mão, Antônio Prado, Vacaria, Cruz Alta, Passo Fundo, Ibirubá, Pelotas, Aratiba, Alegrete e Taquara. Todos com a presença de representação do Ministério Público, de secretarias municipais, da Segurança Pública, das Forças Armadas, de movimentos coletivos sociais, advogados, psicólogos, parlamentares e instituições da sociedade civil, que apresentaram inúmeras propostas de combate e prevenção aos feminicídios. A colaboração com as escolas do Legislativo e as procuradorias municipais da Mulher, dessas localidades, reforçou a importância do diálogo e da prevenção para a reestruturação da Rede Lilás. A iniciativa que reunia diversos órgãos de acolhimento, apoio e segurança das mulheres vítimas de violência e suas famílias, foi desmontada a partir do Governo Sartori (MDB).

Brasília e Rio de Janeiro

O trabalho da Força Tarefa foi apresentado e ampliado este ano em reuniões com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; com o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli;

com a Oficial de Raça, Gênero e Etnia da ONU Mulheres Brasil, Luana Silva, em Brasília. A deputada Stela também reuniu com a secretária de Políticas e Promoção da Mulher da cidade do Rio de Janeiro, Joyce Trindade.

França e México

Duas missões oficiais levaram o trabalho da Força-Tarefa ao cenário internacional com a finalidade de intercâmbio de informações e de políticas públicas de proteção às mulheres.

A deputada Stela Farias esteve representando a Comissão em Iztapalapa, município da Região Metropolitana da Cidade do México, com mais de um milhão de habitantes, onde conheceu os procedimentos e instituições que reduziram drasticamente os índices de violência contra as mulheres, através da promoção do bem-estar social e de uma política ampla e integrada de acolhimento, inclusão e garantia de direitos. Lá, a parlamentar conheceu o Projeto

Utopia, que reúne serviços de acolhimento, saúde, educação, lazer e formação profissional, além do Centro de Justiça para Mulheres, com atendimento 24 horas às vítimas de violência doméstica e de gênero. Na França, a parlamentar participou do 3º Diálogo das Cidades, promovido pela Aliança das Civilizações, organismo da ONU, na cidade de La Courneuve, na Região Metropolitana de Paris. Stela também visitou o Observatório Departamental de Violências Contra as Mulheres, para conhecer o trabalho de mais de 20 anos, que mudou as leis de proteção às mulheres na França e serve de referência para toda a Europa, na luta pela garantia dos direitos das mulheres.



Iztapalapa, na Cidade do México, reduziu drasticamente os índices de violência e criminalidade através de políticas públicas de inclusão e cidadania.



Com o prefeito de La Courneuve, Gilles Poux

Precarização dos serviços privatizados da CEEE-Equatorial mobilizou CSSP em 2023



Foto: Celso Bender | Agência ALRS

Aproximadamente 1,8 milhão de gaúchos foram afetados por problemas de falta de fornecimento de energia elétrica, pela CEEE-Equatorial

A piora no fornecimento de energia elétrica pela empresa privatizada CEEE-Equatorial motivou diversas reuniões e audiências públicas na Comissão de Segurança e Serviços Públicos, para tratar das dificuldades do povo gaúcho, com a precarização dos serviços prestados pela empresa que adquiriu a estatal. Uma audiência da Comissão mediou um impasse entre a comunidade do bairro 11 de Abril, de Alvorada, e a direção da Equatorial, para negociar as multas indevidas cobradas pela empresa referentes ao fornecimento de energia elétrica pela antiga estatal CEEE. Ossucessivos problemas de falta de fornecimento de energia na Região Metropolitana, especialmente, em bairros populares de Alvorada, Viamão e Porto Alegre, resultaram em documento encaminhado ao Ministério Público. Também na região da Campanha, a precarização da prestação de serviços prestados pela CEEE Equatorial,

foi tema de uma grande audiência pública na no segundo semestre de 2023. A recorrente falta de energia e as dificuldades de acessar a empresa foram as principais reclamações dos representantes da região.

Prejuízos dos agricultores com maquinário, produtores com quebras na produção, perda de vacinas em estoque, falta de água em função das quedas de energia, prejuízos de frigorífico da região, impossibilidade de estudo para quem participa de cursos de EAD. Segundo depoimentos de lideranças locais uma das causas, foi o sucateamento da área técnica da antiga CEEE pela Equatorial Energia, que demitiu profissionais experientes sem colocar pessoas capacitadas para resolverem os problemas e corrigiram as falhas na rede de abastecimento. Relataram também a morte de jovem na rede elétrica e caso de demissão de trabalhador sem garantias trabalhistas.

Audiências públicas:

Neste ano de 2023, foram realizadas 35 audiências públicas pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos, sendo três promovidas em conjunto com outras Comissões. Destas 26 foram realizadas na Assembleia Legislativa e 09 em vários municípios do Estado.

Temas abordados:

- Precarização dos serviços das empresas privatizadas
- Segurança
- Mobilidade Urbana
- IPE-Saúde
- Violência contra as Mulheres
- Servidores Públicos
- Pedágios
- Serviços Públicos

Reuniões:

- Foram realizadas 31 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.
- 69 requerimentos de audiências públicas foram aprovados.

Duas Subcomissões foram criadas:

- 1) Assédio Sexual nas Instituições da Segurança Pública
- 2) Sobre o Sistema Prisional.

Projetos de Leis:

- Tramitaram 37 Projetos de Leis, no âmbito da Comissão de Segurança e Serviços Públicos.



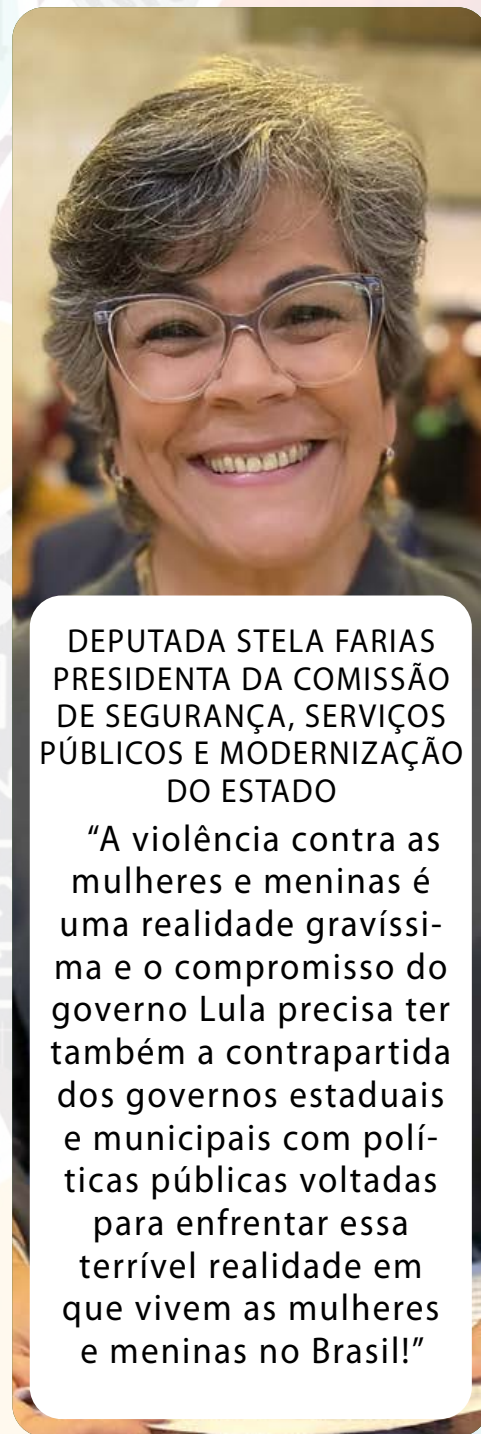
DEPUTADA SOFIA CAVEDON
PRESIDENTA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

“O pacote de projetos de Leite para a Educação ataca a gestão democrática e a qualidade de educação, retirando autonomia das escolas, do Conselho Estadual da Educação e dos estudantes para aprender com liberdade e democracia!”



DEPUTADA LAURA SITO
PRESIDENTA DA COMISSÃO
DE CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS

“Nós não podemos permitir que saia barato escravizar. Nós precisamos de instrumentos mais efetivos para garantir a prevenção, fiscalização e a penalização adequadas e para que seja criada uma política de pós-resgate e não sejam submetidos novamente ao trabalho análogo à escravidão. Precisamos garantir trabalho digno para o nosso povo!”



DEPUTADA STELA FARIAS
PRESIDENTA DA COMISSÃO
DE SEGURANÇA, SERVIÇOS
PÚBLICOS E MODERNIZAÇÃO
DO ESTADO

“A violência contra as mulheres e meninas é uma realidade gravíssima e o compromisso do governo Lula precisa ter também a contrapartida dos governos estaduais e municipais com políticas públicas voltadas para enfrentar essa terrível realidade em que vivem as mulheres e meninas no Brasil!”



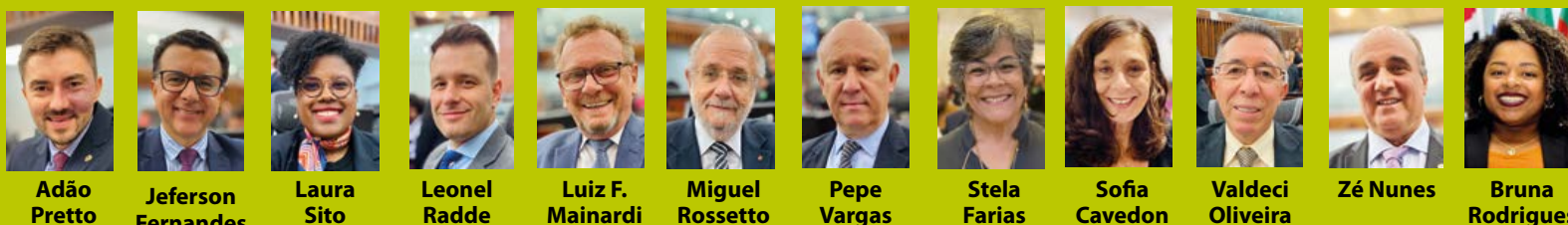
Comissão de
Cidadania e
Direitos
Humanos



Assembleia
Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul



PCdoB



Expediente: Federação Brasil da Esperança

Líder da Bancada: **Luiz Fernando Mainardi** | Vice-líder da Bancada PT: **Miguel Rossetto**

Líder Partidário PT: **Jeferson Fernandes** | Vice-líder Partidário PT: **Adão Preto** | Líder Partidária PCdoB: **Bruna Rodrigues**

Projeto gráfico, diagramação, fotos e textos: Assessoria Técnica da Bancada do PT na Assembleia Legislativa/RS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 101/506 | Porto Alegre-RS | Fones: (51)3210-2913

(Bancada) e (51)3210-1123 (Imprensa) | E-mail: bancadaptsul@gmail.com | <http://ptassembleiars.org.br/>



/ptassembleiars



@ptassembleiars



@ptassembleiars



PT Assembleia RS